



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 824, DE 2022

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para prever o pagamento do seguro-defeso ao pescador artesanal em caso de desastre ambiental e aos seus familiares que se dediquem às atividades de apoio à pesca em regime de economia familiar.

AUTORIA: Senador Fernando Collor (PROS/AL)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para prever o pagamento do seguro-defeso ao pescador artesanal em caso de desastre ambiental e aos seus familiares que se dediquem às atividades de apoio à pesca em regime de economia familiar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte alterações:

“**Art. 1º** O pescador artesanal de que tratam a alínea “b” do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea “b” do inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie, bem como em caso de desastre ambiental de qualquer natureza que prejudique gravemente a atividade pesqueira.

.....

§ 5º O pescador profissional artesanal somente fará jus a mais de um benefício de seguro-desemprego no mesmo ano em caso de ocorrência de desastre ambiental, nos termos do *caput*, sendo vedada a concessão decorrente de defesos relativos a espécies distintas no mesmo ano.

§ 6º Poderão receber o benefício os familiares de que tratam a alínea c do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

1991, e a alínea c do inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que se dediquem às atividades de apoio à pesca em regime de economia familiar e que satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei.

.....

§ 9º Em caso de desastre ambiental, o benefício será pago durante todo o período em que a pesca permanecer gravemente prejudicada, somente podendo ser o pagamento interrompido mediante notificação prévia com antecedência mínima de quinze dias.

§ 10 O disposto nesta Lei aplica-se indistintamente ao pescador e à pescadora artesanais.

§ 11 A União terá direito de regresso referente às despesas incorridas para o pagamento do benefício em caso de desastre ambiental provocado culposa ou dolosamente por pessoa física ou jurídica, sem prejuízo de sua responsabilidade civil, criminal e administrativa.

§ 12 As despesas referidas no § 11 serão acrescidas de juros e corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou por outro índice oficial que o substitua.” (NR)

“Art. 2º

.....

§ 2º-A No caso do § 6º do art. 1º desta Lei, a habilitação para recebimento do benefício fica condicionada à comprovação de que:

a) se dedicou a atividades de apoio à pesca durante o período definido no § 3º do art. 1º desta Lei;

b) não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

§ 2º-B Na hipótese do § 6º do art. 1º desta Lei, o indeferimento da concessão do benefício ao pescador artesanal não impede a concessão aos seus familiares.

.....” (NR)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem três objetivos: prever o pagamento do seguro-defeso em caso de desastre ambiental que prejudique gravemente a atividade pesqueira; estender o benefício aos familiares do pescador artesanal que se dediquem às atividades de apoio à pesca em regime de economia familiar; e deixar claro que a pescadora artesanal também faz jus ao benefício.

A gravidade dos danos ambientais causados pelo derramamento de óleo que atinge o litoral do Nordeste ainda não pode ser avaliada de modo preciso. A poluição das praias iniciada em agosto de 2019 é a face mais visível da tragédia, mas a dimensão dos prejuízos para rios, mangues e arrecifes de corais ainda é desconhecida.

Para além disso, a tragédia preocupa também pelo seu aspecto social, humano. Pescadores artesanais se veem impedidos de praticar a atividade da qual retiram seu sustento. Seus familiares dedicados às atividades de apoio à pesca também deixam de contribuir para a renda familiar. Contudo, o pagamento do seguro-defeso depende da boa vontade dos órgãos competentes. A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, prevê apenas o defeso para a preservação da espécie. A hipótese de interdição da atividade pesqueira em função de desastre ambiental não está prevista.

Esta proposição vem preencher esta lacuna legal e deixar claro na lei que a pescadora artesanal, atendidos os requisitos da lei, faz também jus ao benefício.

A iniciativa tem amplo alcance social, na medida em que garante o amparo do Estado às comunidades de pescadores e pescadoras que têm sua atividade artesanal interrompida por desastres ambientais a que não deram causa.



SF/20158.46096-68



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

Além disso, reforça o direito de regresso da União pelas despesas incorridas no pagamento do seguro-desemprego decorrente de desastre ambiental.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO COLLOR



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei do Custeio da Previdência Social - 8212/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8212>
 - inciso VII do artigo 12
 - alínea c do inciso VII do artigo 12
- Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social; Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência - 8213/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8213>
 - inciso VII do artigo 11
 - alínea c do inciso VII do artigo 11
- Lei nº 10.779, de 25 de Novembro de 2003 - Lei do Seguro-Defeso - 10779/03
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10779>
 - artigo 1º
 - artigo 2º